

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.082 - GO (2019/0133361-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**  
**ADVOGADOS : JOEL COSTA DE SOUZA E OUTRO(S) - GO051177**  
**JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175A**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE ITUMBIARA**  
**PROCURADOR : MAURO LUIS VIEIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - GO027716**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DECLARATÓRIA DE  
INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REVISÃO CONTRATUAL  
MUNICÍPIO NA CONDIÇÃO CONSUMIDOR FINAL APLICAÇÃO DO  
CÓDIGO DO CONSUMIDOR INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA  
DEFERIDA

Alega violação do art. 6º, VIII, do CDC, no que concerne à inversão do ônus da prova, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Evidente, contudo, que o Município de Itumbiara, um dos mais desenvolvidos do Estado de Goiás, possui condição totalmente incompatível com o conceito de hipossuficiência (nomenclatura designada para identificar os consumidores de pouco conhecimento), não podendo ser considerado vulnerável o na relação contratual estabelecida com a concessionária recorrente (fl. 141).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita.

(Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente